

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 999.924 - SP
(2016/0271484-7)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : LUCIO MAURO CAVALCANTE
AGRAVANTE : WILLIANS DIONES LUZ
ADVOGADOS : MARIA DA ANUNCIAÇÃO GONÇALVES VAICIULIS -
SP090071
SÉRGIO DE MENDONÇA - SP138817
AGRAVADO : INSTITUTO DE PAGAMENTOS ESPECIAIS DE SAO
PAULO - IPESP
PROCURADOR : BRUNA TAPIE GABRIELLI - SP234953

DECISÃO

PROCESSO CIVIL. AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA JULGANDO INTEMPESTIVO O AGRADO. FERIADO LOCAL. COMPROVAÇÃO POSTERIOR. POSSIBILIDADE NA VIGÊNCIA DO CÓDIGO BUZAID. DISPOSITIVO LEGAL NÃO INDICADO. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. SÚMULA 284/STF. ACÓRDÃO FUNDADO EM LEGISLAÇÃO LOCAL. SÚMULA 280/STF. DECISÃO RECORRIDA RECONSIDERADA PARA, POR OUTROS FUNDAMENTOS, NEGAR PROVIMENTO AO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL DOS PARTICULARES.

1. Trata-se de Agrado Interno interposto por WILLIANS DIONES LUZ e outro em contra decisão monocrática da eminente Presidência, a qual julgou intempestivo o Agrado em Recurso Especial.

2. A parte agravante sustenta, em suma, a existência de feriado local. Apresenta ainda a respectivo ato normativo instituidor.

3. Impugnação apresentada (fls. 347).

4. É o relatório.

5. Sendo o Apelo Nobre interposto na vigência do Código Buzaid, devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado administrativo 2/STJ).

6. No caso, aplicável o seguinte precedente da Corte

Especial:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TEMPESTIVIDADE. FERIADO LOCAL. COMPROVAÇÃO POSTERIOR. POSSIBILIDADE. MUDANÇA DE ENTENDIMENTO.

1. *A comprovação da tempestividade do recurso especial, em decorrência de feriado local ou de suspensão de expediente forense no Tribunal de origem que implique prorrogação do termo final para sua interposição, pode ocorrer posteriormente, em sede de agravo regimental. Precedentes do STF e do STJ.*

2. *Agravo regimental provido, para afastar a intempestividade do recurso especial (AgRg no AREsp. 137.141/SE, Rel. Min. ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15.10.2012).*

7. Assim, comprovada a existência de feriado forense na origem, afasta-se a ocorrência da intempestividade, razão pela qual merece ser reconsiderada a decisão recorrida.

8. Passa-se à análise do Agravo em Recurso Especial.

9. Agrava-se de decisão inadmissão de Apelo Nobre, interposto com base no art. 105, III, alíneas *a* e *c* da CF/1988, contra acórdão de lavra do TJ/SP, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL - Serventia extrajudicial - Elevação do salário de contribuição - Inadmissibilidade - Comarca de Guarulhos alçada à entrância final pela Lei Complementar nº 980/05 - Reclassificação realizada em virtude da conveniência da administração judiciária, sem implicar em ascensão de entrância - Recurso desprovido (fls. 99).

10. Nas razões de seu Apelo Nobre inadmitido, sustentou-se que (i) o Tribunal de origem violou a Lei 8.935/1994, pois a parte recorrente teria direito de ter suas contribuições previdenciárias reajustadas e perceber proventos de acordo com a nova classificação de sua entrância notarial; e (ii) dissídio jurisprudencial no tema.

11. Primeiramente, observa-se que não é possível conhecer o

Recurso Especial fundado no art. 105, III, c da Constituição Federal, uma vez que o recorrente não indicou qual seria o dispositivo de lei federal de interpretação controvertida nos Tribunais, o que atrai a incidência do enunciado 284 da Súmula de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, por analogia.

12. Ademais, o sugerido dissídio jurisprudencial não foi analiticamente demonstrado. A interposição de Recurso Especial para o Superior Tribunal de Justiça requer o primoroso atendimento de requisitos constitucionais de alta definição jurídica; assim, a demonstração da chamada divergência pretoriana deve se dar de forma analítica e documentada, por meio do cotejo analítico, para se comprovar que a decisão recorrida está em desacordo com precedentes julgados de outros Tribunais, inclusive e especialmente deste STJ (art. 105, III, c da Carta Magna).

13. Quanto à suposta ofensa à legislação federal, também merece sequer ser conhecido, porquanto a parte recorrente nas razões do seu Recurso Especial, deixou de particularizar qual dispositivo da legislação federal infraconstitucional teria sido objeto de violação, o que atrai também, na espécie, a incidência da Súmula 284/STF.

14. Por fim, verifica-se que a demanda foi resolvida com base na legislação local (Lei Estadual 10.393/1970 e LC Estadual 980/2005), de modo que infirmar as conclusões do Tribunal de origem demandaria a interpretação dessas normas por parte desta Corte, providência vedada ante o teor da Súmula 280/STF.

15. Diante do exposto, reconsidera-se a decisão recorrida para, por outros fundamentos, negar provimento ao Agravo em Recurso Especial dos Particulares.

16. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

